

1 Introdução

Nos últimos dez anos, a questão do *Outro* tem sido cada vez mais explorada nas Relações Internacionais. A preocupação com os excluídos do processo de globalização, com as múltiplas identidades, evidenciadas na diluição das fronteiras nacionais, e as discussões sobre ética na disciplina, principalmente no que diz respeito às ações de intervenção humanitária e militar, trouxeram à tona o debate em torno de quem seriam esses Outros e, em que medida, tornavam-se um problema no estudo das RI e nas práticas de política internacional.

A globalização da política ressaltou o problema da identidade e da diferença no espaço político estatal, e fora dele, além de ter levantado questionamentos sobre sua principal característica e conceito definidor: a *soberania*. Por isso, falar da questão do Outro e da diferença nas relações internacionais e deixar de lado os Estados, a soberania e as diversas formas pelas quais esses se relacionam entre si, seria deixar de lado a narrativa fundamental sobre a identidade e a diferença nas Relações Internacionais. Além disso, seria eliminar a possibilidade de entender como nessas relações a ligação entre identidade e diferença no âmbito do Estado quase sempre se transforma em exclusão. Há a violação da presença do Outro construído como ameaça na própria constituição do discurso da soberania, logo na constituição do Estado. Nesse sentido, “Identity and difference are bound together. It is impossible to reconstitute the relation to the second without counfounding the experience of the first” (Connolly, 1989, p.327).

A intenção central desse trabalho não é discutir a narrativa mestra que guiou a constituição do Estado como instituição e organização política universal. Bem como não é a de discutir a forma como identidade e diferença são tratadas nesse processo social e histórico. Não pretendemos discorrer sobre a relação entre modernidade, Estados e identidade, embora essa seja uma questão incidental que paira sobre qualquer discussão teórica sobre o Outro nas Relações Internacionais. O que pretendemos é entender o lugar da diferença na relação entre os Estados e a

relevância disso no como se constituíram suas identidades por meio das respectivas políticas externas. De fato, na literatura da área, essa vem sendo uma das vias mais utilizadas para observar a relação com a diferença e entender como ocorre a exclusão e a violência contra o Outro nas práticas recorrentes dos Estados e referentes ao mesmo (Campbell, 1996; Neumann, 1996; Ashley, 1987; Weber, 1995).

O nosso objeto para analisar a relação apontada acima será a política externa russa entre a segunda metade de 1999, quando Vladimir Putin assume o cargo de primeiro-ministro, e os últimos meses de 2001, posteriormente aos ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos. Em linhas gerais e resumidas, buscamos entender a constituição da identidade russa no período citado pelas ações e discursos de política externa e como por meio disso se exacerba a exclusão da diferença interior, a qual chamaremos *Outro interno*, pela associação com os que são Outros definidos na relação entre os próprios Estados, o que chamaremos de *Outros externos* (Hopf, 2002). É importante destacarmos então que a política externa será não só o nosso foco de análise como o nosso próprio tema, pois identidade e diferença, tal qual o aparecimento do Outro, dar-se-ão no contexto de formação e de ação dessa.

No período de formação da identidade nacional pela política externa que estaremos analisando, o *Outro interno* a ser observado será a Chechênia. Observaremos a política externa da Federação Russa de acordo com a relação que os grupos que a formulavam tinham com a Chechênia, isto é, de acordo com a leitura que os diversos grupos domésticos que representavam a identidade nacional faziam dessa república. Por isso, entendemos que essa leitura sobre os *Outros* perpassa as relações internas e externas dos Estados, sendo que as últimas ocorrem concomitantemente e são responsáveis pela constituição da identidade dos mesmos. Sendo assim, podemos apresentar nosso objetivo calcado na hipótese da ligação da construção da política externa e de suas ações com a exclusão dos *Outros internos*. Para nós, a política externa russa entre 1999 e 2001, utilizou o conceito internacional do terrorismo, instituído como ameaça aos valores do Estado de Direito democrático, para justificar a violência contra a Chechênia e reproduzir sua identidade nacional, mediante reconhecimento e legitimidade interna e externa.

Cabe dizer que o enfoque dessa dissertação não é o movimento separatista checheno, tampouco o nacionalismo como movimento político, isoladamente. A questão é discutir como a prática da política externa contribui para que a exclusão seja exercida nas relações internacionais. Tendo um caráter ontologicamente relacional e intersubjetivo, ou seja, possuindo em suas características essenciais e em sua base de formação a relação entre sujeitos, a política externa faz o uso do Outro em sua forma de expressão. Como conjunto de relações entre os Estados para atingirem seus objetivos internos e externos, essa pode no uso dos Outros, e no discurso direcionado aos mesmos, ser excludente de identidades, que não são consideradas parte da identidade oficial do Estado.

No caso da identidade russa no período que nos propomos a analisar, a eclosão do segundo conflito checheno em 1999 influirá diretamente na construção da política doméstica e externa e na constituição do discurso representativo do grupo que estava no poder na época. Domesticamente, desde a sua primeira versão em 1996, esse conflito é colocado como questão civil, como rebeldia contra a Federação Russa. Contudo, internacionalmente, tal conflito é projetado como terrorismo, principalmente a partir da segunda edição. Isso aproxima os russos de discussões próprias da comunidade internacional e legitima a repressão interna pela inserção nessas discussões, de maneira a afirmar a identidade enquanto Estado nacional frente ao sistema.

A escolha por esse período dá-se também por que com Putin chega ao poder uma camada política, ou uma identidade como trataremos aqui, que busca fortalecer a identidade nacional russa oprimindo as demais identidades internas, no caso, a chechena. Ao mesmo tempo em que realiza este movimento de negação interna, a fim de se chegar a uma afirmação da identidade russa, externamente o governo russo irá se mostrar como um Estado respeitoso dos direitos humanos e das regras internacionais, via um diálogo de política externa mais aberto ao ocidente, principalmente à Europa.

Nesse processo, pode se identificar um *Outro externo*, que de maneira geral seriam os outros Estados do Sistema Internacional, e o *Outro interno*, a Chechênia, negada pela violência interna. Partiremos, assim, da idéia de que o conflito checheno foi justificado frente aos *externos* como terrorismo com a intenção de não se chocar com os princípios de aproximação no diálogo do internacional, tais como a democracia e o respeito pelas diferenças e direitos

humanos. A mútua constituição entre doméstico e internacional será fundamental para conseguirmos estabelecer essa relação. Isto por que a transição da Rússia soviética para a Rússia “democrática” se deu em um processo de modificação da auto-imagem, o qual trouxe não só o reordenamento da política interna, isto é, a forma como os próprios russos se viam, como também da política internacional. É esse um dos pontos que discutiremos, por exemplo, no capítulo 2 desta dissertação.

A simultaneidade das relações entre o interno e o externo é para nós a forma como se constitui a política externa (Kubálkova, 2001). Acreditamos que a última funciona como constituição e reprodução da identidade do Estado (Messari, 1999). Conseqüentemente, a política externa seria a maneira como o Estado lida com a diferença, a qual supomos ocorrer na forma de um diálogo, que tem como sujeitos os Estados, os quais excluem dessa prática dialógica a diferença - identidade diferente de sua identidade - do processo. Entretanto, partimos do pressuposto de que essa alteridade, mesmo que excluída, tem papel fundamental na constituição da identidade nacional em todos os momentos de sua formação (Rae, 2002). A naturalização de sua negação como ameaça é uma forma de trazer legitimidade para os grupos que governam os Estados no processo de reconhecimento simultâneo de sua subjetividade que é a soberania. Esse argumento inicia e fecha as discussões neste trabalho por meio da análise dos discursos oficiais do ministro de Relações Exteriores e do primeiro-ministro e depois presidente, Vladimir Putin.

No primeiro capítulo da dissertação, denominado “Muitas Vozes, um só discurso”, trabalhamos a idéia de que o Estado não é uma organização política e social fechada, que pelo contrário, é uma organização que se modifica e que em seu interior tem grupos diferentes, com interesses diferentes e com identidades diferentes. Disso, concluímos que tanto a formulação da política externa, como a formação da identidade dos Estados não ilustra um processo simples e acabado. Argumentamos, porém, que a constituição do Estado é heteróloga (Neumann, 2004), isto é, que há várias narrativas representando várias vozes, que acabam por se refletir em como essas são transmitidas ao exterior na forma da identidade nacional por meio da política externa.

Aproveitando-nos da contribuição de Mikhail Bakhtin para definição da linguagem e dos tipos de discurso que a conformam, usamos a mesma para pensar

atribuímos à política externa o caráter dessa definição. Para Bakhtin, a chave do entendimento da linguagem está no pronunciamento (*utterance*), que é a unidade viva da linguagem, meio pelo qual os interlocutores se comunicam no presente, referem-se ao passado e entendem seu próprio contexto e o dos outros, além de se reformularem por essa relação (Bakhtin, 1986). Como Iver Neumann aponta ao se referir à heterologia do Estado (Neumann, 2004), no pronunciamento as vozes são múltiplas e relacionais. Por mais que a aparência seja de unidade, são as lutas políticas e sociais e a convivência entre os diversos grupos que formam o resultado final da identidade do Estado. Esse tipo de formação é também explorado na linguagem segundo Bakhtin, que não pode ser entendida isolada das relações sociais nas quais se desenvolve, o quê, aliás, influencia a produção teórica de Neumann.

Para Bakhtin, seria impossível entender um pronunciamento sem enxergar que esse sempre se refere a um interlocutor e a algo que foi dito anteriormente. Conceber a linguagem se realizando por meio de um só sujeito seria muito difícil, pois a conformação da linguagem, segundo Bakhtin, ocorre mediante um diálogo. Onde concluímos que o pronunciamento, a forma pela qual a linguagem se apresenta, não só se dirige a um Outro, como é formulado levando esse Outro em conta, a fim de obter uma resposta desse que estabeleça e dê continuidade a comunicação entre eles.

No capítulo 1, comparamos o dito acima e a espera pela resposta com a construção da política externa, que se dirige sempre a Outros externos. Como a resposta é aguardada, esse *Outro externo* - uma outra identidade aceitável - é levado em conta para a formação do discurso de política externa, sendo isso uma das bases teóricas para a questão do *Outro* ser discutida nas Relações Internacionais calcadas na prática da linguagem e na heterologia (Neumann, 1996). É também em relação à espera da resposta do Outro ou da análise dessa em relação aos arranjos que se formam no interior do Estado, que podemos fazer a ligação entre formulação de política externa e as diversas identidades presentes no interior dos Estados (Neumann, 2000; Hopf, 2002), as quais muitas vezes não são representadas nos discursos. E é essa exclusão que nos interessa.

A conformação relacional da política externa faz com que a mesma seja uma linguagem que incorpora apenas alguns sujeitos na forma da identidade nacional. Por outro lado, a formulação e a prática da política externa exclui aqueles que

possuem narrativas conflitantes com a dos sujeitos nacionais. Dessa forma, tentaremos deixar clara, a partir da contribuição de Bakhtin e de autores que o utilizam nas Relações Internacionais (Ashley, 1987; 1988; Neumann, 1996; 1999; 2000; 2004), a relação constitutiva entre identidade nacional e política externa e como ocorre a exclusão por esse movimento com o argumento de que a política externa é *linguagem do internacional*.

O segundo capítulo buscará inserir tal hipótese no debate das Relações Internacionais que sustenta a idéia da simultaneidade e da inter-relação na política externa. Discutiremos, por meio do construtivismo orientado pelas regras (*rule oriented*), que tem nas práticas discursivas enquanto ação social sua fonte de observação e interpretação, a política externa como conciliação entre ambiente internacional e doméstico. Dizemos conciliação por que é com a incorporação do behaviorismo na disciplina, que metodologicamente passou a separar os níveis doméstico e internacional, que se dividiu o estudo de RI em Análise de Política Externa (APE) e em Política Internacional (PI). Sendo assim, a consolidação da APE deu-se sem controvérsias e sem grandes debates (Hill & Light, 2001). No interior do debate das RI sobre a melhor metodologia a se aplicar na disciplina, a observação da política externa dos Estados torna-se uma área de estudos, e não se questiona os efeitos constitutivos que essa poderia ter na formação da identidade nacional.

Mesmo quando a pluralidade de intenções dos Estados foi assumida de acordo com os grupos e as instituições políticas envolvidas nas ações de política externa, destacando-se a interação entre os níveis de análise (Milner, 1997; Putnam, 1988), a co-constituição entre os dois níveis, indicando que não havia separação, não foi considerada. Tampouco foi questionado o caráter processual da identidade nacional. A partir da contribuição do construtivismo orientado pelas regras, qual seja a de que os acontecimentos domésticos e os internacionais se constituem mutuamente, modificando as relações entre os Estados ao mesmo tempo em que mudam a identidade desses, explicaremos a reconfiguração da identidade russa no pós-Guerra Fria e a influência desse processo nas ações de política externa articuladas na década de 90.

Aliás, o construtivismo ao nascer das novas práticas do período que compreendeu o fim da Guerra Fria vem a mostrar exatamente a questão da mútua constituição, do papel da identidade e o fato de que falar sobre a importância

disso, não seria colocar o normativo na frente do mundo material (Reus-Smit, 1996). Pelo contrário, seria mostrar como os discursos e a linguagem empregada nesses estão ligados à mudança material. Essa passa a ser vista assim por meio dos novos termos que são incorporados e que adquirem sentido na intertextualização entre os textos dos Estados, das relações entre esses, das relações entre eles no passado e das relações que ocorrem no interior do próprio Estado, a heterologia. Por esse viés, as relações internacionais poderiam ser um texto aberto à interpretação dos analistas e a importância das identidades e dos conflitos entre essas poderia ser uma forma de entender os conflitos de interesses observáveis no mundo material.

Conflicts of identity sometimes create and often inflame international conflicts of interest, then this reconstitution of the lived politics of identity in late-modern states might have salutary effects on the structure of global politics (Connolly, 1989, p.332).

A própria escolha por analisar a Rússia se relaciona com a ideia da modificação, reconstituição e constituição da identidade nos novos arranjos políticos internacionais como um todo. Isso por que o pano de fundo factual no qual a teoria construtivista de forma geral¹ surgiu é a dissolução da União Soviética. Sendo que para que houvesse a dissolução, não houve um conflito mundial - como imaginavam os neo-realistas - para que a correlação de forças assumisse novas formas de equilíbrio e para que novos atores se dispusessem de maneira diferente no sistema (Waltz, 1979), de acordo com seu poderio militar.

Ao relacionar a contribuição construtivista, a qual exporemos mais detalhadamente nos capítulos 1 e 2, com a proposta de Bakhtin de que a linguagem é prática social que se renova, que cria e é criada nesse movimento, servindo como fonte de observação dos gêneros do discurso, podemos dizer que essa não está muito distante do que Nicholas Onuf, um dos expoentes do construtivismo orientado pelas regras, coloca de que falar é fazer (Onuf, 1989). Liga-se também ao dito por outro autor, que compartilha dessa perspectiva, Friedrich Kratochwill, de que o construtivismo pode servir a analisar qualquer

¹ Dizemos isso, pois há várias correntes construtivistas, mas há alguns pressupostos que são comuns, assim como há diferenças que não podem deixar de ser marcadas, pois têm implicações centrais, por exemplo, para a aplicação da aproximação teórica construtivista à política externa, conforme veremos resumidamente mais a frente e detalhadamente nos capítulos 1 e 2.

acontecimento social, já que sob essa perspectiva não há um fundamento rígido sobre o qual se possa fixar uma proposição, a não ser a própria realidade observável, que precisa de uma linguagem para se tornar real e comunicável (Kratochwill, 2003, p.124).

(...)different from empiricism, which assumes that “things” show themselves in an unadulterated fashion because experiments are conceptualised as pointed questions posed to nature to which the latter has to respond, we have to realize that ‘nature’ cannot answer because it needs a language to communicate. ‘Truth’ can, then, no longer be a property of the ‘world out there’ but has to be one of ‘statements about the world’. (...) The notion that we can come closer and closer to reality by making truth-claims loses much of its persuasiveness under these circumstances (Kratochwill, 2003, p.124).

Seria satisfatório, por exemplo, observar a realidade por uma lente que pudesse entender a forma pela qual o objeto se constituiu, sobre que dados materiais e sobre que idéias esse foi constituído, a fim de se aproximar dele e entendê-lo de acordo com suas bases de constituição, sua ontologia (Kratochwill, 1998). Como na Teoria Crítica, não há separação entre sujeito e objeto, mostrando que a racionalidade nessa forma de produção de conhecimento é intersubjetiva, levando em conta a relação entre os sujeitos, seus resultados e os ambientes nos quais se manifestam.

Esse tipo de racionalidade é a utilizada nesse trabalho, pois acreditamos que a relação entre os Estados e os grupos nesses encontrados, assim como a relação nas instituições e organizações internacionais, dá-se de forma intersubjetiva, o que poderemos entender sob um método interpretativista. Esse método tem sido muito questionado nas Relações Internacionais, o qual na perspectiva construtivista é evidenciado na mútua constituição entre agente e estrutura, considerada o espaço ontológico do Estado e de suas ações, eliminando a separação entre os níveis de análise. Racionalistas representados pelos realistas e pelos institucionalistas (Keohane, 1986) criticam essa premissa e a mútua constituição entre as duas esferas como falta de método (Katzenstein et al., 1998). Enquanto que neo-estruturalistas, criticam-na como forma de reiteração e reprodução das estruturas, reificando a dominação.

Contudo, a discussão do construtivismo orientado pelas regras é exatamente que o mais importante é perceber como o objeto foi constituído, a despeito de advogar pela melhor forma de se responder às perguntas acerca desse. A partir

disso, poderia se entender e se dar respostas sobre o que é o problema a partir de como esse se desenvolveu. Passos que estão inextricavelmente ligados, na medida em que o entendimento da constituição do problema é o entendimento do que é em suas bases reais, podendo trazer possibilidade de construção de soluções plausíveis dentro desse contexto e dessa inter-relação. A respeito da relação entre identidade e política externa, o entendimento da construção da primeira facilitaria a observação e a interpretação do processo decisório, da estrutura externa e das instituições tanto domésticas quanto internacionais, que participam da segunda.

No segundo capítulo, além de revisar a dissolução da URSS e a formação da identidade russa sob a perspectiva construtivista, aliamos à contribuição de Bakhtin a essa sob a definição da política externa como linguagem do internacional, para entendermos as relações da Rússia com a Europa e os Estados Unidos no contexto dos anos 90. Como consideramos que a linguagem é representação das relações sociais e veículos de expressão destas, não sendo um sistema fechado de códigos e signos imutáveis frente às mudanças de concepção que o sujeito tem de si e do mundo em que vive (Bakhtin, 1986), ligamos a idéia da existência de várias identidades compondo a identidade nacional, à formação de várias narrativas de política externa.

As várias narrativas vão refletir que a multiplicidade de identidades no interior da Federação, umas mais próximas do Ocidente, outras mais próximas do passado soviético (Hopf, 2002), poderiam evidenciar leituras diferentes dos *Outros externos* nas ações de política externa. Soma-se a isso a questão de que a mútua constituição, ao refletir sobre o caráter duplo da legitimidade da soberania, fez desse um eixo para as narrativas se constituírem em pronunciamentos para os *Outros externos* e para os acontecimentos internacionais.

Putin, por exemplo, logo que chegou ao governo buscou fortalecer a unicidade da identidade russa e o respeito por algumas particularidades dessa, ao passo que a inserção internacional era tão importante para isso quanto era consequência dessa narrativa. De acordo com o observado por um autor construtivista Ted Hopf, Putin pertence a uma identidade centrista, que valoriza a narrativa do passado russo (Hopf, 2002). Por isso, observamos que a expansão do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para países, antes áreas de influência da URSS, e a intervenção no Kosovo e, mesmo anteriormente a seu governo, na Bósnia, tiveram impacto direto na leitura da situação interna russa.

Percebeu-se que nesse dois conflitos, a atuação da Rússia de forma a confluir a identidade interna com a internacional, ficou evidente nas ações de política externa. Para efeitos de análise, não pudemos nos furtar de situar a atuação em regiões da ex-Iugoslávia como de central importância para se entender as condutas de política externa, a partir de 1999, no que diz respeito ao conflito checheno.

No início de 1999, por exemplo, notamos que há falta de consenso sobre o apoio à intervenção no Kosovo entre os grupos políticos russos devido aos arranjos militares na Chechênia, que resultaram na eclosão do segundo conflito na região. A intervenção do Kosovo passa a ser associada com a possibilidade de haver o mesmo na Chechênia e de a identidade centrista ser comprometida com isso. Esse é o exemplo que usamos para discutir a construção da identidade pela política externa como linguagem do internacional. Lembremos que os movimentos do entendimento foram interpretativistas e que não rogamos para nós, nem para os autores que utilizamos, o crédito da única interpretação verdadeira sobre o fato. O que buscamos foi observar a relação entre o aparato teórico montado, com a hipótese que advogamos, e o objetivo ao qual queremos chegar.

Esses fatos anteriores ao recorte temporal que foi feito para entender o objeto de estudo serviram para posicionar a questão de como a identidade nacional russa se articulou no entendimento dos *Outros* presentes no Sistema Internacional. Não que todos esses entrem no bojo da discussão. Todavia, esses servem para justificar o objeto de análise, já que permitiram situar a Rússia no contexto das normas internacionais de soberania e integridade territorial, assim como em seu posicionamento nas instituições internacionais a fim de detectar sua identidade projetada ao externo (Hopf, 2002, p.213).

Com isso, podemos partir para a breve exposição do proposto no capítulo 3 da dissertação: “A celebração do mesmo: Política Externa e Identidade Nacional como práticas excludentes”. Nessa parte, utilizaremos a idéia de a linguagem e os discursos nela inseridos refletirem uma certa relação de poder ilustrada na relação de decisão sobre a exceção, função da soberania, segundo Carl Schmitt (Schmitt, 1934), prerrogativa do grupo político que representa a identidade nacional. Nesse olhar, a forma preponderaria sobre o conteúdo e a identidade nacional seria uma forma de exercer o poder de perpetrar a exclusão em sua constituição evidenciada na política externa. Para isso, compartilhamos do princípio trabalhado por Richard

Ashley, de que esse poder configurado no conceito e na prática da *soberania*, que associa legitimidade interna e externa, evidencia uma prática discursiva que é monológica (Ashley, 1988). Essa contribuição associa-se à lógica pós-moderna de desconstruir os discursos para se observar como aquele que possui o poder de construir pratica as relações de poder.

Isso posto, no capítulo 3, a tentativa será a de mostrar como a política externa funcionou como prática dialógica excludente a partir da chegada de Putin à Presidência russa em março de 2000. Nesse momento, pela passagem do diálogo para o monólogo, explicaremos como, por uma retórica de alteridade, a política externa russa acaba aproximando o Estado do Ocidente, e insere-se no internacional, multiplicando e legitimando a exclusão internamente. Em ações como a explosão de apartamentos na região metropolitana de Moscou e a imediata tomada de Grozny, por exemplo, a identidade no poder, consolidada na aliança política *Unidade*, que representava a identidade nacional, conseguiu com o discurso de ameaça à segurança dos cidadãos russos, mais uma vez, tornar negativa a identidade chechena, autorizando a violência.

Pela política externa, buscaremos perceber como que a conceituação negativa dos chechenos pelos russos ganhou força com princípios internacionais como a intervenção e a não-intervenção. Assim como cresceu a hostilidade com base no conceito de soberania e suas múltiplas variações no internacional e sua relação com as intenções da identidade nacional para a naturalização da violência. O interessante nesse capítulo é atentar para o fato do caráter não acabado da identidade nacional, que preserva a forma, mas tem as práticas discursivas diferentes de acordo com o grupo que a representa. Segundo Helen Rae, essas identidades são corporativas e na variação da constituição do Estado enquanto organização política, que elabora suas regras de acordo com as normas que absorve do internacional, muda a forma de exclusão das minorias políticas que estão em seu interior (Rae, 2002). Esse processo ocorre transformando essas últimas em patologia, naquelas que precisam ser eliminadas na homogeneização dessas diferenças para que o Estado funcione de acordo com princípio do monopólio sobre o uso da força no território que lhe é determinado e delimitado (Weber, 1994).

Argumentar-se-á que a questão para os russos é que a Chechênia ainda fazia parte do território e, logo, da constituição de sua própria identidade enquanto

Estado. A represália violenta ao primeiro conflito em 1996 foi feita com base em uma outra identidade. Nessa época, a ligação com internacional permitiu que os chechenos conseguissem relativa independência, ou pelo menos, que não fossem em sua maioria mortos pelos russos. Aliás, em grande medida, foi a pressão internacional e a vontade de inserção dos russos, que frearam a violência nesse momento.

No entanto, durante o segundo conflito checheno, a questão passa a ser outra, e é exatamente pelos discursos de política externa de Putin e de Ivanov, que buscamos entender como a retórica da alteridade se sustentou. Para nós, isso pode ter ocorrido pela associação com o conceito do terrorismo, tão mutável como o da soberania, garantindo maior amplitude de ação legítima por parte do Estado naquilo que julgava ameaça aos valores da ordem internacional. Dessa forma, ao mesmo tempo em que acreditamos que Putin se fortaleceu externamente com o discurso sobre o conflito, acreditamos que o discurso da eliminação da “rebeldia interna” levaria ao fortalecimento e a maior união da Federação Russa, que precisava se mostrar novamente como uma potência, de acordo com a prática discursiva que exercia o poder.

Por fim, chegamos a nossa conclusão, muito mais uma reflexão sobre a política externa se transformar em monólogo do internacional. Com a análise dos discursos proferidos pelas já citadas autoridades russas frente ao 11 de setembro de 2001, refletiremos em que medida a solidariedade com os EUA, tornou-se um fator de inclusão no Sistema Internacional. A reboque dessa, poderia ter vindo o fortalecimento político de Putin e da identidade a qual pertencia e um novo ciclo de arbitrariedades na cultura política russa.

É por esse mote que na conclusão traçamos uma pequena discussão sobre ética e política externa, não só nas práticas referentes à última, como na própria análise e nos estudos que a tem como fonte de observação. O lugar do Outro é discutido então no que se faz em relação a ele e no que se produz a respeito dele na política internacional.